



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

EXPEDIENTE de 18/11 a 2/12/25

1. Nos termos do artigo 50, inciso II, do Regimento Interno, foram recebidos por esta Comissão os seguintes documentos:

- Of. 136/2025 da Câmara Municipal de Garibaldi-RS encaminhando Moção de Repúdio 12/2025, de autoria dos vereadores Cássio Fachi, Leandro Delazeri, Bruno Bortolini e outros, em relação ao Decreto Federal Nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva;
- Of. 551/2025 da Câmara Municipal de Lençóis Paulista-SP encaminhando Moção de Apelo 337/2025 aos Senadores e Deputados Federais, para que assumam compromisso efetivo de acompanhar, zelar e intervir, sempre que necessário, no processo de regulamentação do Decreto nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, objetivando que as entidades especializadas sejam plenamente preservadas e valorizadas;
- Of. 172/2025 encaminhando Moção de Apoio 15/2025 da Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste-SC, de autoria dos vereadores Mauro Michelin e Edson Ferrari, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 851/25, que tem por objetivo suspender os efeitos do Decreto nº 12.686/2025, do Governo Federal, que institui a chamada Política Nacional de Educação Especial Inclusiva;
- Of. 6307/2025/ASPAR/GM/GM-MEC encaminhando resposta do Ministério da Educação ao **Requerimento de Informação (RIC) nº 5931/2025**, originado a partir da aprovação, pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, do Requerimento nº 114/2025, de autoria do Deputado Geraldo Resende. O referido RIC solicita informações relativas à execução e à efetividade das políticas de inclusão escolar para estudantes com deficiência.
- Of. 6310/2025/ASPAR/GM/GM-MEC encaminhando resposta do Ministério da Educação ao **Requerimento de Informação (RIC) nº 6219/2025**, originado a partir da aprovação, pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, do Requerimento nº 122/2025, de autoria do Deputado Geraldo Resende. O referido RIC solicita informações acerca das políticas e ações voltadas à formação inicial e continuada de professores para a educação inclusiva.
- Of. Circular nº 8/2023 encaminhando Moção de Apoio da Câmara de Vereadores da Estância Turística de Avaré/SP, de autoria da Vereadora Ana Paula Tiburcio de Godoy, à derrubada do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva;

- Of. 194/2025 encaminhando Moção de Repúdio 45/2025 da Câmara Municipal de Sabino-SP, de autoria de todos os vereadores, ao Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva;
- Of. 870/2025 do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná encaminhando cópia da Portaria TRE-PR nº 322/2025, que reconhece, às pessoas com hemofilia, prioridade para votar e receber atendimento nos cartórios eleitorais da Justiça Eleitoral do Paraná, bem como do Ofício nº 15/2025-APH, pelo qual a Associação Paranaense dos Hemofílicos solicita a aprovação de lei federal voltada ao reconhecimento de diversos direitos às pessoas com hemofilia, especialmente às portadoras do tipo grave, como atendimento prioritário, reserva de cotas em concursos públicos e processos seletivos de ingresso às instituições de ensino superior;
- Of. 2882/2025 encaminhando Moção de Apoio 367/2025 da Câmara Municipal de Valinhos-SP, de autoria do vereador Fabio Damasceno, à derrubada do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva;
- Of. 109/2025 encaminhando Moção de Repúdio 22/2025 da Câmara de Vereadores de Quaraí-RS, de autoria do vereador Mário Augusto Teixeira de Sousa, ao Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva;
- Of. 6085/2025 encaminhando Moção de Repúdio 14/2025 aprovada durante a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, promovida pelo Ministério das Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), contra reavaliação abusiva do BPC para deficiência permanente.

2. Foram feitas as seguintes designações de relatoria:

DIA 19/11/2025

Ao Deputado Duarte Jr.

PROJETO DE LEI Nº 1.330/25 - do Sr. Gilson Daniel - que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para garantir a gratuidade na obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para pessoas com deficiência".

Ao Deputado Zé Haroldo Cathedral

PROJETO DE LEI Nº 708/23 - do Sr. Márcio Honaiser - que "altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para ampliar o acesso de pessoas com deficiência aos órgãos públicos e facilitar sua integração no trabalho".

DIA 28/11/2025

Ao Deputado Duarte Jr.

PROJETO DE LEI Nº 3.446/25 - do Sr. Amom Mandel - que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a flexibilização da jornada de trabalho e a proteção contra a dispensa arbitrária de empregados que sejam cuidadores familiares de pessoas com deficiência".